



SEGURANÇA SOCIAL

CONSELHO DIRETIVO



INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, IP

Legislação aplicável

Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março,
republicado pelo Decreto-Lei n.º 33/2014, de
4 de março.
Código Penal.

AVISO

Encerramento administrativo do estabelecimento de apoio social sem denominação

O Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, IP, ordenou o encerramento administrativo imediato do estabelecimento de apoio social sem denominação, com as seguintes características:

- exerce a atividade de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e Centro de Dia;
- com fins lucrativos;
- não estando licenciado;
- funciona sob a propriedade de Rosa Maria dos Santos Marques Mendes;
- está instalado em Estrada do Peixe, s/n, Vivenda Silva, Atalaia 2870-675 Atalaia.

artigos 35.º e 36.º do

Decreto-Lei n.º 64/2007,
de 14 de março

artigo 40.º, n.º 1, alínea b),
e n.º 3, do Decreto-Lei n.º
64/2007, de 14 de março

Defesa dos direitos e da qualidade de vida dos utentes

artigos 35.º e 36.º do

O Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, IP ordenou o encerramento através da Deliberação n.º 05/2020, de 16 de janeiro de 2020, porque o estabelecimento estava em atividade com deficiências graves nas condições de instalação, segurança, funcionamento, salubridade, higiene e conforto, representando um perigo potencial para os direitos dos utentes e a sua qualidade de vida.

Decreto-Lei n.º 64/2007,
de 14 de março

Consequências do incumprimento da deliberação

artigo 348.º, alínea b), do

Caso o estabelecimento seja reaberto ou a atividade de apoio social continue de forma ilegal, o/a responsável será sujeito/a a procedimento criminal pelo crime de desobediência.

Código Penal



SEGURANÇA SOCIAL

CÓNSULHO DIRETIVO



INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.

Este aviso deve estar afixado durante 30 dias.

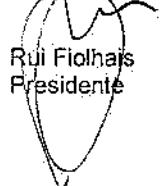
Quem impedir a sua afixação será sujeito a procedimento criminal pelo crime de resistência ou coação sobre funcionário. Quem o remover deliberadamente antes do fim do prazo de 30 dias será sujeito a procedimento criminal pelo crime de arrancamento, destruição ou alteração de editais.

artigo 40.º, n.º 3, do

*Decreto-Lei n.º 64/2007,
de 14 de março*

*artigos 347.º e 357.º do
Código Penal*

Lisboa, 16 de janeiro de 2020.


Rui Fiolhais
Presidente